

Quadro brasileiro gera ceticismo

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

Boa parte dos economistas brasileiros atualmente acorda deprimida e se olha no espelho para pintar de preto a base dos olhos, de modo a acentuar mais as olheiras. Eles também não escovam os dentes, vestem roupas muito escuras, e saem para visitar empresários que assessoram em diálogos que geralmente começam assim:

Economista: Eu vim lhe falar sobre a recessão!

A descrição é do ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, ao criticar o que considera um pessimismo artificial e fabricado da parte de muitos economistas brasileiros. Ele fez essa imagem patética antes de iniciar seu café da manhã com empresários, banqueiros e investidores no Council on Foreign Relations, que publica a revista Foreign Affairs, na sexta-feira passada, no elegante Upper East Side, da ilha de Manhattan.

O discurso do ministro para essa platéia terminou otimista, dizendo que "eu estou confiante de que estamos no caminho certo". Mas o pessimismo que ele atribui aos economistas patrícios afetou também parte da platéia norte-americana. Um dos empresários presentes, cético, indagou por que o ministro está tão otimista com o futuro próximo, já que "o próximo presidente vai trabalhar com o mesmo Congresso e a mesma Constituição" que emperraram o governo Sarney.

Em sua resposta, o economista Mailson aventurou-se pelo terreno sociológico. "Costuma-se dizer no Brasil que não temos partidos políticos consolidados", explicou, "e no momento isso é positivo, porque o novo presidente, com apoio popular, que a legitimidade do voto da maioria lhe dará, vai conseguir somar apoio político para realizar um programa de reformas necessárias."

Os deputados e senadores serão os mesmos, ponderou, "mas o clima será diferente. Dificilmente os parlamentares ficarão contra a posição da maioria da população. Eles vão apoiar o presidente eleito, vão mudar". Indagaram então a Mailson se com isso ele queria dizer também que o atual governo já entregou os pontos e desistiu. O ministro garantiu que não.

Também lhe perguntaram por que o governo Sarney não fez as reformas econômicas que precisam ser feitas no País. Ele respondeu que este é "um governo de transição, formado por forças heterogêneas, que com o tempo se mostrou incapaz de gerar suporte político para programas econômicos mais duros".

Fazer reformas, segundo o ministro da Fazenda, "é contrariar interesses. E existem muitos interesses em jogo. Os da própria burocracia do governo, do sistema financeiro, dos agricultores, dos exportadores,

é difícil contrariar todos esses interesses simultaneamente sem um consenso nacional, num período de transição".

Tentar, o governo Sarney tentou, assegurou Mailson, mas não conseguiu. "Nessas tentativas, o governo às vezes cometete erros, outras vezes acertou. Nós lutamos todos os dias, temos uma equipe econômica acompanhando a economia, mas a verdade é que trabalhamos sobre o fio da navalha, manejando os poucos instrumentos que nos restaram."

Ele reconheceu franca-mente, nessa sequência de perguntas, que o governo "não foi... capaz de manter a política fiscal, que é o coração da política de estabilização". A política fiscal do governo foi destruída pelas medidas contidas na nova Constituição, que agravou o déficit fiscal da União em 3,5%, conforme o ministro reiterou em seu discurso de sexta-feira.

AMAZÔNIA

Outras perguntas trataram da distribuição da renda no País, da moratória e, inevitavelmente, da questão ecológica. Alguém na platéia disse que está provado que não vale a pena desenvolver atividades econômicas na Amazônia, porque as terras usadas uma vez como pasto depois não prestam para nada; e que as queimadas estavam destruindo a floresta sem que se saiba o que o governo está fazendo para impedi-las.

Mailson respondeu que há um consenso hoje no Brasil de que a Amazônia deve ser preservada, mas não como uma espécie de santuário da Humanidade. "É possível desenvolver atividades econômicas na Amazônia sem destruí-la", afirmou. "Um exemplo é o projeto Carajás, que tem preservado integralmente o meio ambiente e produz riquezas. O programa Nossa Natureza segue nessa direção. Quanto às queimadas, é preciso ver que a floresta ocupa 40% do território brasileiro, mas o governo está fazendo o que pode", acrescentou.

Em seu discurso preliminar o ministro repetiu os temas sobre os quais vem falando a diferentes platéias no México e nos Estados Unidos. Em relação aos credores do País, ele disse que "eu considerei e ainda considero que a negociação, e não a confrontação, é a abordagem correta. Relações normais com os credores, contudo, devem ser entendidas como uma via de mão dupla".

Ele então ressaltou que o Brasil vem pagando seus débitos, mas não está recebendo contrapartida. Lembrou que o fluxo negativo com as instituições multilaterais deve ser de US\$ 1 bilhão com o BIRD e US\$ 1 bilhão com o Fundo Monetário Internacional (FMI) neste ano; que o Clube de Paris tem sido pago regularmente, mas só liberou US\$ 100 milhões em novos créditos para o País no ano passado; e que o fosso entre os pagamentos feitos e

os novos recursos dos bancos comerciais é ainda maior.

Adiante, Mailson afirmou que a sociedade brasileira "já está consciente de alguns erros da nova Constituição", como o limite das taxas de juro, o empobrecimento do governo federal e a expansão da reserva de mercado. Além disso, a seu ver, a sociedade começa a convergir para os principais tópicos da reforma econômica: o papel do Estado, a liberalização da economia com estímulos à competição e

uma relação moderna e dinâmica com a economia mundial. Mas isso terá de ser combinado com uma redução da dívida externa para funcionar.

Um dos banqueiros presentes tinha algo a dizer sobre isso. Na saída, o presidente do comitê de assessor de bancos do país, William Rhodes, do Citicorp, afirmou que a liberação da terceira parcela de dinheiro novo para o Brasil, de US\$ 600 milhões, "continua dependendo das negociações do governo com o FMI".